

O Militante




BOLETIM DO COMITÉ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

AS LUTAS DOS ESTUDANTES EM 1964

No último número de «O Militante», ao analisarmos a jornada do 1.º de Maio, salientámos a activa e corajosa participação dos estudantes, ao lado da classe operária, nesta grande jornada dos trabalhadores. Pela riqueza do seu conteúdo e pela experiência que comporta, analisáremos hoje as últimas lutas estudantis, as quais se integram na luta geral do povo português contra a tirania fascista.

A jornada estudantil do ano lectivo de 1963-64 que culminou nas acções e manifestações do Dia do Estudante, é a continuação das manifestações, greves e luto académico de 1962 contra a arbitrária proibição das comemorações do Dia do Estudante nesse ano. É ainda a continuação de todas as anteriores lutas pelas liberdades académicas, reanimadas em 1956-57 pela vigorosa reacção dos estudantes à investida do fascismo contra as suas Associações com a publicação do decreto 40.900. Recordemos que, em Janeiro de 1957, 5.000 estudantes, enfrentando valentemente a repressão fascista, concentraram-se junto da Assembleia Nacional reclamando a anulação desse decreto.

As lutas dos estudantes nesta primeira metade de 1964 confirmaram mais uma vez que a juventude não só não está com o fascismo como está contra ele. Pela sua coragem e combatividade, a juventude estudantil conquistou, ao lado da classe operária, um lugar de vanguarda na luta pelas liberdades democráticas em Portugal.

Após as greves de 1962, o movimento estudantil sofreu um recuo temporário o qual se prolongou por todo o ano de 1963, em consequência da repressão fascista que caiu sobre a Academia e os dirigentes académicos mais destacados.

O ano lectivo 61-62 havia terminado num ambiente de desorientação sem que através duma discussão e análise concreta se tivessem tirado todos os ensinamentos da luta então travada. Há ainda hoje no meio estudantil quem encare como uma derrota o resultado da luta de 1962. Será justa uma tal posição? É evidente que não. A luta, a despeito da repressão fascista que caiu sobre os dirigentes académicos mais destacados, foi uma grande vitória da juventude sobre o odiado regime fascista. A despeito de vários erros praticados durante a sua condução, dos quais, os

mais importantes, foram a incapacidade em adaptar as formas de organização às exigências da condução da luta numa fase superior e a falta de maleabilidade na adopção das formas de luta de acordo com a disposição e compreensão das grandes massas estudantis em cada momento dado, a despeito destes erros, esta luta constituiu uma gloriosa página na história do movimento revolucionário da juventude portuguesa. Ela teve o mérito de demonstrar de forma insofismável que a juventude estudantil não está com o fascismo e está disposta a lutar lado a lado com a classe operária e demais forças patrióticas contra a tirania salazarista. Trouxe como consequência a radicalização política de grande número de jovens que sentiram na sua carne a repressão fascista e para os quais se abriu a compreensão da necessidade da luta política pelo derrubamento do fascismo. Teve uma repercussão muito favorável no movimento democrático em geral contribuindo para o fortalecimento da luta pela libertação do nosso povo. Contribuiu, pelas suas repercussões externas, para o desmascaramento da ditadura fascista, gerando à escala internacional um forte movimento de solidariedade para com a juventude estudantil e, dum modo geral, para com todas as vítimas da repressão fascista. Contribuiu, finalmente, para a agudização das contradições internas do regime. Por tudo isto, as massas estudantis têm razão em sentir um legítimo orgulho pelo resultado da sua luta no ano de 1962.

O ano lectivo de 62-63 foi um ano de reagrupamento e de acumulação de forças por parte dos estudantes que encetaram entretanto uma batalha legal pela normalização da sua vida associativa, brutalmente interrompida pelo governo com o encerramento das Associações Académicas e um arbitrário castigo de grande parte dos seus dirigentes.

A luta contra a imposição dos novos estatutos

Após o encerramento das A.A., em nota oficiosa de 19 de Março de 1962 o Ministro da Educação prometeu para breve a promulgação de nova legislação académica, prometendo ao mesmo tempo ouvir previamente sobre o assunto a



Universidade, incluindo naturalmente os estudantes.

Porém, inesperadamente e contra tudo o que havia prometido, o governo faz publicar logo a seguir às férias, em 15 de Outubro, o decreto 44.632 que impõe aos estudantes novos estatutos sem que para isso tivesse ouvido ou tido em conta a sua opinião e mesmo a opinião do corpo docente da Universidade. Esta propotência desencadeou uma onda de indignação entre os estudantes os quais começaram imediatamente a organizar a luta contra a imposição dos novos estatutos.

Prevenido essa reacção por parte dos estudantes, o governo, numa manobra demagógica, havia entretanto operado um recuo tático, substituindo algumas das autoridades académicas que se tinham tornado mais odiosas pela sua actuação no decorrer da greve de 62, entre elas o próprio Ministro da Educação. Esta medida tinha como objectivo adormecer os estudantes com convérsas intermináveis, quebrar a sua unidade e combatividade, semear entre eles ilusões legalistas e oportunistas. Porém, esta manobra não resultou e a luta entre os estudantes sob as suas liberdades académicas e o governo de Salazar, inimigo do progresso e de todas as liberdades populares, estava de novo aberta.

Utilizando inteligentemente todas as possibilidades de luta legal, os estudantes organizaram activamente a luta contra o decreto, promovendo amplas reuniões e assembleias. Na Reunião Nacional de Dirigentes Académicos, em 18 de Novembro de 1962, é aprovada uma moção considerando a legislação decretada «contrária aos interesses gerais dos estudantes universitários portugueses e aos princípios de autonomia e auto-gestão sempre proclamados e defendidos pelas Associações de Estudantes apoiados pela esmagadora maioria dos estudantes do país e definidos em Assembleias Gerais, Plenários e outras representações».

Nos Plenários de 3 de Dezembro de 1962 e de 20 de Fevereiro de 1963, os estudantes de Lisboa exigem do Ministro a revogação do decreto, considerando-o lesivo dos interesses dos estudantes e prova do desejo de fechar o diálogo com as Associações.

Num justo comentário, os estudantes afirmaram então que «o Decreto-Lei 44.632 mostrava-se como uma segunda edição, desta vez revista e consideravelmente «melhorada», do 40.900, tendo como base a experiência governamental da «crise académica». A diferença entre os decretos 40.900 e 44.632 — diz aquele comentário — está em que, no seio do primeiro se podia ler uma vontade governamental de conquistar as Associações Académicas para o seu serviço, ao passo que o segundo tenta muito mais simplesmente esvaziá-las de conteúdo e entrar a sua acção».

Com efeito, o Decreto é uma tentativa descadada de esmagar tudo o que resta das liberdades académicas de tão longa tradição, limitando

o âmbito das actividades e da representatividade das Associações Académicas. Abre o caminho ao pluralismo associativo e com ele à quebra de unidade e à divisão entre os estudantes. Tendo-se convencido da sua incapacidade para dominar e controlar em seu benefício as Associações, o governo tenta limitar o seu livre funcionamento, regulamentando arbitrariamente as normas da sua vida interna e a própria duração das Assembleias. Visando objectivos de maior sujeição a longo prazo, elimina dos estatutos a tradicional declaração de apoliticismo e irreligiosidade das Associações dos Estudantes.

Numa vigorosa resposta ao governo, os estudantes de LISBOA promovem Assembleias Gerais em fins de 1963 nas diversas Escolas onde elegem as direcções académicas e repudiam unanimemente a imposição dos novos estatutos, declarando que continuarão a considerar válidos apenas aqueles que foram aprovados pelas Assembleias Gerais.

Em COIMBRA, onde a direcção da A.A. tinha sido demitida em 1962, os estudantes realizam um grande trabalho de esclarecimento e de mobilização da massa estudantil, interessando-a pela vida associativa e levando-a a participar numa grande Assembleia com mais de 1.500 estudantes onde é eleita uma Direcção de unidade para a sua Associação Académica. Simultaneamente, organizam vigorosos protestos contra a intromissão do governo na sua vida associativa reclamando também a livre publicação da «Via Latina» jornal da Academia suspenso pelo governo desde 1962.

No PORTO, onde o fascismo tem até agora conseguido entrar o desenvolvimento do movimento associativo na Universidade, os estudantes realizam também um intenso trabalho de esclarecimento e de organização nas diversas Escolas com vista à formação de Associações. Nalguns lados são apresentados projectos de Estatutos para a aprovação e noutros, Comissões Pró-Associações realizam um verdadeiro trabalho dirigente da vida associativa nas Escolas, mobilizando uma importante massa estudantil. Uma greve de uma semana é levada a efeito na Escola de Engenharia por solidariedade com os alunos do 4.º ano vítimas duma arbitrariedade.

Demonstrando uma elevada consciência política e um forte espírito de solidariedade e combatividade, grandes massas estudantis fazem frente às arremetidas e provocações da PIDE, obrigando-a por vezes a recuar. É disso um exemplo notável a concentração de mais de mil estudantes na Reitoria da cidade Universitária, em Lisboa, para exigir a libertação duma colega presa pela PIDE. Esta concentração, que foi acompanhada duma grande agitação na Universidade e no exterior, junto da população de Lisboa, foi coroada de êxito. Posteriormente, quando da prisão de outro estudante, 300 universitários marcharam sobre a esquadra da polícia do Campo Grande para onde a PIDE tinha levado

o preso. Perante os gritos, assobios e protestos da massa estudantil, à qual se haviam juntado muitos populares, a PIDE é forçada a libertar o preso quando os estudantes já se dispunham a assaltar a esquadra da polícia! Estas acções são um índice da crescente disposição de luta e combatividade de que estava de novo a dar provas a massa estudantil ao aproximar-se o seu dia de festa.

O Dia do Estudante

O governo, que em 1963 tinha conseguido fazer acatar a proibição das comemorações do Dia do Estudante apoiado nas vacilações duma parte dos dirigentes académicos, desenvolveu também este ano uma campanha psicológica de intimidação com o mesmo objectivo.

Alguns dirigentes académicos mais timoratos e cobardes, fazendo-se eco da acção do Reitor Paulo Cunha e do Ministro da Educação propalavam entre os estudantes ideias derrotistas, afirmando não se dever realizar este ano o Dia do Estudante, alegando que era um ano de reestruturação e que não havia forças para ir contra uma eventual proibição. Manifestavam ao mesmo tempo descrença na força e disposição das massas estudantis para ir contra a proibição governamental. Simultaneamente, o governo, preparando o ambiente para a proibição, promove por iniciativa do burlesco Reitor Paulo Cunha a comemoração do chamado «dia da Universidade». Esta iniciativa que foi um vergonhoso fiasco falho de imaginação, foi totalmente boicotada pelos estudantes.

Passando por cima das ideias derrotistas sobre a possibilidade de levar por diante o Dia do Estudante, as massas estudantis, em assembleias nas Escolas e em outras reuniões, respondiam com o seu entusiasmo e disposição de luta. Pode dizer-se que foram as massas estudantis que convenceram os dirigentes académicos da possibilidade de contrariar a proibição governamental e comemorar com êxito o Dia do Estudante.

Num Pic-nic realizado na cantina da cidade Universitária, no dia 11 de Março, três dias antes do Dia do Estudante, compareceram mais de mil jovens, rapazes e raparigas, os quais confraternizaram, forjando e reforçando a sua unidade para a grande jornada que se aproximava. No decorrer desta festa juvenil em que se assaram chouriços, se cantou e gritou «a cantina é nossa!», houve a preocupação de chamar também a atenção das autoridades académicas para o conjunto das reivindicações estudantis à volta da cantina (auto-gestão, melhor alimentação, abertura das salas de convívio e do teatro de bolso, alteração dos horários, etc). O Pic-nic terminou com uma sessão de trabalhos, por escola, para a preparação do Dia do Estudante, na qual participaram cerca de 400 jovens.

Integrada na campanha de esclarecimento e mobilização de apoios, os mais diversos, para a sua luta, os estudantes organizaram também no dia 11 uma Conferência de Imprensa no Instituto Superior Técnico, onde rebateram as falsidades e calúnias que acompanhavam a proibição

do Dia do Estudante, esclareceram o conteúdo e justeza das suas reivindicações académicas, denunciaram a proibição do encontro nacional dos dirigentes académicos e reclamaram como um direito o livre acesso aos meios de informação.

Os 2.000 jovens estudantes que no dia 14 de Março se concentraram à volta do Instituto Superior Técnico para iniciar, a despeito da proibição, com uma sessão solene as comemorações do Dia do Estudante, chegaram com as bandeiras das suas Associações desfraldadas e com os corações cheios de confiança e entusiasmo juvenil, cantando e confraternizando alegremente. Em vez de encontrarem da parte das autoridades académicas a compreensão para os seus problemas e a recepção carinhosa a que tinham direito, essa enorme massa juvenil encontrou os cacetetes e o aço frio das espingardas e metralhadoras que o governo lhes enviou para castigar a sua irreverência e responder às suas reivindicações. A partir desse momento, o Dia do Estudante ia transformar-se numa grande manifestação política da juventude estudantil contra o governo fascista de Salazar que mais uma vez se dispunha a responder brutalmente aos seus anseios e reivindicações.

Dando provas dum grande espírito de decisão e capacidade de organização os estudantes promoveram imediatamente uma grande jornada de protesto através das ruas de Lisboa. Desdobrando-se em várias colunas os manifestantes, que chegaram a alcançar o número de 3.000, fragmentaram as forças repressivas, enfrentando-as aqui, iludindo-as acolá, gritando sempre o seu protesto animados e apoiados abertamente pela população de Lisboa por onde passavam.

Alcançando a Faculdade de Ciências, cerca de 1.200 estudantes, cercados no exterior pela polícia, dão cumprimento a uma parte do programa comemorativo do seu dia — o Dia do Estudante. Esta festa de Unidade, iluminada pela experiência acabada de viver, tem agora também o significado duma vitória!

No dia 15, após uma concentração de 500 estudantes no relvado da cantina Universitária onde organizam um lanche de confraternização que foi disperso por cerca de 400 polícias das brigadas móveis, armados até aos dentes, deram-se novas manifestações e correrias através das ruas de Lisboa. Os estudantes gritavam, «Assassinai Liberdade! Demissão!» (referindo-se ao reitor Paulo Cunha e ao Ministro da Educação). A noite cerca de 1.000 estudantes voltaram a manifestar-se e a gritar à saída dos cinemas da Baixa, sendo dispersos violentamente. Até às 2 horas da manhã estas manifestações repetem-se em vários pontos da cidade.

É de salientar que no decorrer das manifestações deram-se violentos choques entre os estudantes e os polícias de que resultaram muitos feridos. Os estudantes respondiam às brutalidades da polícia à pedrada, à acetelada e com cadeiras das esplanadas e dos cafés. Nalgumas zonas a população colaborou activamente com os estudantes, dificultando o trânsito, provocando engarrafamentos e travando assim a deslocação do carro da água e a marcha das forças repressivas a pé e auto-transportadas. Em mais duma fase das manifestações muitos operários participaram activamente nelas ao lado dos estudantes e na resistência à repressão. Sempre que isto se verificou os apertados foram especialmente visados pela fúria repressiva, sendo vários deles presos.

* * *

Podemos concluir que para o êxito desta grande jornada de luta estudantil de que saíu extraordinariamente reforçada a Unidade e combatividade revolucionária dos estudantes, a ORGANIZAÇÃO foi um factor capital, tanto na preparação do Dia do Estudante como do decorrer das comemorações e manifestações que daí resulta-



ram. As numerosas reuniões, assembleias, colóquios, encontros e «pic-niques» preparatórios que no conjunto interessaram e mobilizaram muitos milhares de estudantes na preparação e organização do seu dia de festa e de Unidade, foi o segundo grande factor do êxito da jornada.

Um outro ensinamento que é justo tirar foi o facto de que a mobilização das massas ajudou a vencer as vacilações dos dirigentes que inicialmente se embulharam em reuniões fechadas e em discussões intermináveis acerca da orientação a seguir. Na fase final, a grande maioria dos dirigentes académicos souberam colocar-se na vanguarda do movimento e dirigiu-lo até ao fim. Este factor, a estreita ligação dos dirigentes com as massas estudantis, foi igualmente decisivo para arrancar a VITÓRIA DO DIA DO ESTUDANTE, de tão grandes repercussões políticas tanto no país como no estrangeiro.

A raivosa decisão do Ministro da Educação, suspendendo os dirigentes académicos e mandando instaurar processos disciplinares a mais de duas dezenas deles, não retirou nada ao brilho da vitória estudantil nem ao volume e importância da derrota política do governo. Essa medida é antes uma confissão dessa derrota e da impotência do governo para a impedir. Para a massa estudantil será mais um motivo para o

reforço da sua unidade na luta em defesa dos seus dirigentes académicos e dos seus direitos. Será mais um motivo de luta pelo derrubamento de um governo condenado a desaparecer porque está contra os interesses da juventude tal como está contra os interesses do povo português e da Nação. Com a repressão o governo não resolve o problema, antes o agrava. As greves de protesto e de solidariedade contra estas medidas repressivas, seguidas unânimes em quase todas as escolas de Lisboa por alturas do 1.º de Maio, assim como outras acções por parte das massas estudantis, são a prova disso.

A activa participação, este ano, de muitas centenas de estudantes na agitação e nas manifestações do 1.º de Maio, ao lado da classe operária, traduz o elevado grau de radicalização e consciência política alcançado já por importantes sectores da juventude estudantil.

Tudo isto prova que as lutas travadas pelos estudantes nos últimos tempos e que atingiram este ano uma elevada expressão política, fizeram desta importante camada social da população portuguesa uma força combativa de vanguarda ao lado das restantes forças democráticas e patrióticas na luta pelo derrubamento da ditadura fascista e pela conquista das liberdades democráticas.

O C. CENTRAL APONTA O CAMINHO — — FOMENTAR E DAR CONTINUIDADE ÀS LUTAS DA CLASSE OPERÁRIA

O Relatório apresentado pelo camarada Cunhal à última reunião do C.C., dedica ao problema das lutas populares de massas um importante capítulo. A forma desenvolvida como este problema é tratado, o balanço dos vários aspectos das lutas de massas como meio para fazer avançar e evoluir a luta do povo português para formas superiores, constitui só por si resposta clara a todos aqueles que subestimam ou consideram errada a orientação do Partido quanto a este importante problema.

É evidente que todo o Relatório tem de ser objecto de cuidadoso estudo dado a sua importância global, mas não faz mal, muito ao contrário, serem relação a alguns dos capítulos, como o que se refere às lutas de massas e organização, por exemplo, se lhes dedicar no imediato um estudo mais aturado. No entanto, seria errado, porque se não atingiriam os objectivos desejados se este estudo se limitasse a reconhecer que o que lá se diz é justo. Na verdade não é apenas isto que interessa ao Partido e à luta, o que interessa é que cada organismo, cada camarada realize este estudo tendo presente as deficiências e as ideias menos

justas existentes nos respectivos sectores de trabalho, fazendo tudo para as eliminar.

Como fazer avançar o movimento?

Em certa altura é dito no Relatório: « Afirmando que as massas populares, altamente radicalizadas, estão desinteressadas da luta económica porque dispostas à luta política; afirmar que por isso, procurar conduzir a luta económica, é « puchar para trás o movimento », é negar o que está diante dos olhos, é ignorar completamente as realidades e a experiência revolucionária, é idealizar condições objectivas e subjectivas em esquemas separados da vida. Mesmo numa época revolucionária, de grandes batalhas políticas abertas, desenvolver a luta económica não é « puchar para trás o movimento », mas, em muitos casos, a forma decisiva de o puchar para diante ». Citando Lênine o camarada Cunhal diz:

« Falando das lições da Revolução de 1905 e das grandes lutas políticas travadas pela classe operária russa, Lênine sublinhava que « só a luta económica, só a luta pelo melhoramento imedia-

to e directo da sua sorte pode abalar as camadas mais atrasadas das massas exploradas, educá-las verdadeiramente e, na época revolucionária fazer delas, em alguns meses, um exército de combatentes políticos».

Como é óbvio, ao lerem-se estas passagens do Relatório interessa ver se nos sectores respectivos, nos próprios organismos responsáveis existem ou não tais ideias, quer dizer, se existe ou não quem pense que as lutas económicas já deram o que tinham a dar, que elas estão ultrapassadas e que as massas querem é participar em lutas de outro tipo. Estas ideias têm chegado da base e muitas vezes acontece que camaradas dos organismos responsáveis com facilidade delas se fazem eco. A debilidade, quando não a ausência de lutas económicas, em vários sectores, mostra que para ultrapassar as incompreensões existentes é necessário travar duríssima batalha.

No momento político difícil em que vivemos, em que a confusão ideológica é grande, e há a tendência para aceitar as frases feitas dos «revolucionários» pequeno-burgueses, caindo naquilo que parece ser o mais fácil, levar à prática a orientação traçada pelo C.C. quanto às lutas populares de massas, é uma tarefa vital para o Partido.

Que fazer para concretizar a orientação estabelecida?

Interessa tomar medidas imediatas para que cada organismo responsável conheça no seu sector de actividade as condições de trabalho e de exploração, assim como a disposição dos trabalhadores para a luta e quais as formas como pensam poder fazê-lo, etc. Interessa conhecer as razões porque algumas lutas que aparecem em certa altura nas informações dos sectores com boas perspectivas para evoluírem até formas superiores morrem dum momento para o outro não se sabendo muitas vezes porquê.

Enfim, é preciso estudar as experiências passadas para corrigir aquilo que houver para ser corrigido e aproveitar o que for aproveitável; há que estudar as condições presentes para aproveitar o mais possível as condições objectivas francamente favoráveis para o desencadeamento de novas lutas económicas, sindicais, políticas, associativas e outras. Só actuando assim se dará cumprimento à orientação do Partido tão claramente expressa no Relatório citado ao dizer-se: «Na actual fase da luta o Partido tem de organizar e desenvolver a luta económica e a luta política, tem que procurar desenvolver as lutas económicas no sentido da sua «politização», tem de procurar dar às lutas objectivos concretos, imediatos, sentidos pelas massas, POSSÍVEIS DE ALCANÇAR, PELOS QUAIS ELAS ESTÃO JÁ HOJE DISPOSTAS A LUTAR E NÃO APENAS UMA ACÇÃO ISOLADA. Só assim se poderá vir a fundir numa mesma torrente revolucionária que conduza à batalha final arma-

da, contra a ditadura fascista, a indignação, o espírito combativo, as aspirações mais sentidas das amplas massas populares». E mais adiante:

«Para conduzir a luta a formas superiores há que impulsioná-las a partir de formas mais elementares, há que desenvolver estas, há que fortalecer nelas a unidade e a organização, há que procurar o pequeno êxito e animar com ele a luta posterior, há que procurar objectivos comuns a várias empresas e a vários ramos, há que fazer um sério esforço para a coordenação das várias lutas em curso, procurar fundi-las à escala duma localidade, à escala das fábricas duma mesma empresa ou ramo industrial. E em todo esse trabalho, «puchar para a frente», para uma movimentação mais ampla e de tipo superior, para a frequência das concentrações e pequenas paralisações, para a sua coordenação para a greve».

Sejamos audazes no recurso às formas de luta superiores!

Falando da timidez das organizações do Partido perante algumas lutas, numa outra passagem do Relatório lê-se: «Deve dizer-se que muitas vezes, as organizações do Partido limitam desde o início o âmbito da luta, insistem rotineiramente numa só forma (Comissões e concentrações, por exemplo) e não sabem empurrá-las para diante. Em muitos casos as organizações do Partido são demasiado tímidas e cautelosas, não sabem acompanhar a evolução da disposição das massas, não têm suficiente confiança na classe operária e na voz do Partido, não vêem com suficiente nitidez a perspectiva, e falta-lhes a coragem de no momento devido, quando de facto existem já condições para isso, indicar com decisão o recurso à greve. Falta-lhes o «engodo pela baliza».

Este é outro importante problema que necessita ser analisado em cada sector: é preciso estudar-se a razão porque algumas lutas se arrastam durante imenso tempo e em muitos casos morrem sem que as palavras de ordem do Partido tenham mudado. Evidentemente que não se pode partir da ideia que em todas as lutas que morreram ou estagnaram durante meses e anos isso acontece somente porque as organizações do Partido não foram suficientemente audaciosas ou não souberam auscultar oportuna e devidamente as massas para lançar as palavras de ordem mais adequadas em fase da luta. Não será no entanto difícil encontrar também deficiências que se forem tidas em conta muito ajudarão as organizações a terem de facto aquilo a que o camarada Cunhal chama ter «engodo pela baliza».

Trabalhar com confiança

Pode acontecer que alguns camaradas, convencidos que às massas populares só as lutas políticas e violentas interessam ou que estão



criadas condições para que a luta prossiga ininterruptamente; fiquem mais uma vez decepcionados com o facto de o C. C. insistir e insistir sempre na necessidade de se intensificarem as lutas económicas, as lutas mais simples, como ponto de partida para as grandes lutas, incluindo as violentas, para o levantamento nacional. A estes camaradas o relatório responde ainda com toda a clareza na seguinte passagem: «Alargar, intensificar, impulsionar, conduzir a formas superiores a luta popular de massas, não elimina a irregularidade do desenvolvimento de processo revolucionário, não elimina o que um camarada chamou «a sucessão de claros e escuros». Com isso podem «decepcionar-se» os radicais pequeno-burgueses, mas não os comunistas e os operários de vanguarda, ligados à classe operária e às massas, empenhadas inteiramente nas tarefas de unir, mobilizar e organizar, confiantes nas energias revolucionárias do povo português.

É com a noção da realidade, com esta confiança que devemos trabalhar para conduzir a luta popular de massas até ao levantamento na-

cional. A tarefa agora é trazer à luta contra a ditadura fascista em batalhas insistentes, repetidas, variadas, ainda que irregulares, centenas de milhares de portugueses. É criar uma movimentação geral, que por um lado não dê descanso ao inimigo, disperse e enfraqueça as suas forças e por outro eduque as massas, as treine, as prepare, as una e as organize para o assalto final, greves dos operários industriais e de assalariados rurais, lutas de soldados e estudantes, manifestações de rua, acções de intelectuais, umas vezes umas, outras vezes outras na linha mais avançada do combate acabarão por coincidir, por unificar-se, numa ofensiva única contra a ditadura fascista».

Traduzir em acções concretas a orientação estabelecida pelo C. C. quer no que se refere às lutas populares de massas, quer quanto à organização, é em certa medida a pedra de toque por onde podemos aferir a capacidade do Partido para fazer evoluir a luta para formas superiores e mais generalizadas e ainda para dar combate eficaz às tendências pequeno-burguesas e pseudo revolucionárias que tão perigosamente se infiltraram no Partido.

O RESPEITO PELA DISCIPLINA — — UMA EXIGÊNCIA PARA TODO O MILITANTE

«O FASCISMO ATRAVESSA A MAIS GRAVE CRISE DA SUA HISTÓRIA». Esta realidade objectiva que o nosso Partido tem justamente reafirmado nos últimos tempos tem de ser completada com esta outra — O NOSSO PARTIDO É OBRIGADO A LUTAR ACTUALMENTE NAS CONDIÇÕES MAIS DIFÍCEIS DE TODA A SUA HISTÓRIA. Na actividade diária do Partido estas duas realidades têm de estar sempre presentes.

O não se ter sempre em conta a relação estreita entre estas duas realidades tem conduzido à falsa ideia de que a queda do fascismo está «ao alcance da mão», originando assim, no trabalho corrente, uma grave subestimação do carácter do fascismo e do extraordinário agravamento da repressão verificada nos últimos anos. Esta subestimação está na origem de alguns dos maiores golpes policiais que temos sofrido nos últimos tempos.

Precisamente porque o regime fascista vive a mais grave crise da sua história, crise que o conduzirá fatalmente à derrota num prazo mais ou menos curto, e que redobra de esforços para sobreviver, apoiando-se no poderoso e bem aparelhado aparelho repressivo de que dispõe, recorrendo às maiores brutalidades e crimes na perseguição aos seus inimigos políticos. Os comunistas, como os mais consequentes e firmes lutadores, são naturalmente o seu alvo principal.

No actual momento, toda a actividade do Partido no interior do país tem de ser condicionada por estas realidades. Isto é condição fundamen-

tal para a defesa da sua actividade e para continuar em condições de cumprir com êxito a sua missão histórica de Partido de vanguarda na luta em defesa dos interesses da classe operária e das massas trabalhadoras e como a principal força política no movimento anti-fascista português.

Nas actuais condições de luta os próprios êxitos políticos deixam de o ser ou ficam muito diminuídos quando obtidos à custa de perdas desproporcionadamente elevadas. Assim, por exemplo, em 1961, o êxito político obtido pelo Partido e pelas forças anti-fascistas no decorrer da campanha eleitoral de Outubro-Novembro, para deputados, ficou extraordinariamente diminuído pelo golpe policial que nos foi assestado pela PIDE, um mês depois, com a prisão dos membros do Secretariado que se encontravam no país e de outros funcionários, na medida em que os dois acontecimentos estão estreitamente relacionados, isto é, na medida em que, as baixas de Dezembro de 1961 tiveram origem num tipo de trabalho frenético, completamente desaconselhável, agravado extraordinariamente no decorrer dessa luta política.

Infelizmente esse não foi o único nem o último exemplo dum mau trabalho conspirativo inteiramente em contradição com a real situação política que vivemos.

Adaptar o trabalho do Partido à caracterização da situação política

A análise dos principais golpes policiais so-

fridos pelo Partido no decorrer dos últimos anos, revela-nos que se temos sabido caracterizar o regime fascista como um poder arbitrário e brutal, dos monopólios, apoiado num enorme aparelho repressivo, capaz de recorrer a todos os crimes para se manter no poder, na nossa actividade prática, nem sempre temos tido isso em conta.

Assim, o desfalecimento entre a caracterização da situação política e as medidas conspirativas, orgânicas e de quadros para a defesa do Partido, tem posto a descoberto importantes aspectos do nosso trabalho partidário, facilitando a acção do inimigo e facilitando ao mesmo tempo o desenvolvimento do liberalismo e da indisciplina na actividade prática dos militantes, assim como o amolecimento das medidas de defesa do Partido e das suas organizações. No aspecto político, um tal erro de orientação tem também facilitado o desenvolvimento de concepções erradas quanto ao carácter do fascismo e desarmado os militantes para enfrentarem a dureza da luta e as brutalidades do inimigo em caso de prisão.

O golpe policial que atingiu o Partido e algumas das suas organizações, no ALENTEJO e MARGEM SUL DO TEJO no período que antecedeu o último 1.º de Maio, no decorrer da sua preparação, é o exemplo mais recente do cometimento de alguns dos erros aires referidos.

Apesar de na discussão com o órgão mais responsável do sector se ter chamado a atenção dos camaradas para a necessidade de serem tomadas todas as medidas de defesa dos quadros e das organizações, subordinando mesmo a estas medidas a eventual êxito político na jornada do 1.º de Maio, verificou-se que, no decorrer da agitação e preparação do 1.º de Maio, a compreensão desta necessidade revelou-se muito deficiente. Assim, entusiasmados pelas perspectivas políticas existentes, os camaradas responsáveis do sector foram conduzidos a subestimar a defesa dos quadros ilegais atribuindo-os para tarefas em que os expuseram irremediavelmente à acção repressiva do inimigo. É exemplo disso a prisão do funcionário que controlava Aljustrel. Como este vila estava, havia meses, sob uma ofensiva policial, tinha sido vedada a ida ali do funcionário. Ora bem, é precisamente quando mais se impunha defender os quadros ilegais que a Direcção do sector permite a sua ida a Aljustrel para orientar ali directamente a comemoração do 1.º de Maio! Este erro custou caro uma vez que a sua prisão determinou o início duma vasta ofensiva policial em todo o Alentejo facilitada pela traição de alguns dos primeiros elementos presos.

Combater intransigentemente o liberalismo e a indisciplina

O liberalismo e a indisciplina estão na origem da maior parte dos golpes policiais que o Partido tem sofrido. O mesmo liberalismo e indisciplina tem facilitado a acção do inimigo no aprofundamento desses golpes.

Tem havido camaradas que se deixam prender por desprezarem regras de trabalho conspirativo desde há muito estabelecidas pelo Partido, não as cumprindo para a sua própria defesa. Tem havido elementos cobardes e traidores que uma vez presos facilitam a acção policial, cometendo assim o mais grave acto de indisciplina dentro do Partido, o desprezo pelos compromissos tomados para com o Partido de nada revelar ao inimigo em caso de prisão, de não trair o Partido e os seus companheiros de luta.

Tudo isto tem sido por vezes agravado com um mau trabalho de direcção e de frouxidão no controle partidário, deixando, quando os perigos estão à vista, arrastar situações sem tomar as medidas que se impõem para a defesa dos quadros e das organizações. Em mais de um caso a

frouxidão no controle tem animado o cometimento de actos de indisciplina e faltas conspirativas em vez de se lhes cortar o passo com medidas enérgicas e rápidas que podem ir até a medidas disciplinares.

No golpe policial de Março-Abril último na Margem Sul do Tejo, verificaram-se erros do género atrás apontado. Na sua origem está o mau trabalho conspirativo de um funcionário do sector que conduziu directamente à sua prisão e posteriormente a de outros quadros. Mas na origem mais profunda do golpe está um mau trabalho de direcção e um frouxo controle aos quadros e à sua actividade. A frouxidão no trabalho de controle, por parte dos camaradas responsáveis do sector, permitiu que se arrastassem situações conspirativas incorrectas, permitiu reincidências em actos de indisciplina que eliminadas a tempo e com energia podiam ter evitado o desastre ou limitado muito a sua extensão. O deficiente trabalho de direcção revelou-se, no plano político, pelo esquecimento, na prática, de que a defesa dos quadros e das organizações devia continuar à cabeça das preocupações dos camaradas responsáveis, ao traçarem o plano de acção para o 1.º de Maio. Revelou-se ainda, na incapacidade para operar o recuo de forma organizada, mantendo palavras de ordem ofensivas já quando o sector estava sob a ofensiva do inimigo. Revelou-se também, numa grande insensibilidade conspirativa, não tomando prontas e enérgicas medidas para a defesa dos quadros mais expostos à acção do inimigo, deixando-se arrastar situações conspirativas demasiado tempo, as quais eliminadas oportunamente poderiam ter limitado a amplitude do golpe policial. Uma tal lentidão operativa, na defesa dos quadros, das organizações e dos bens do Partido, incompatível com um verdadeiro trabalho de direcção, originou ainda outros prejuízos e poderia ter causado muito mais.

O trabalho de Direcção neste aspecto, é-o só na medida em que é capaz de permitir o estudo de cada situação dada e da sua constante evolução, na medida em que na base desse estudo se tomam medidas eficientes, rápidas e enérgicas, sempre que surja um perigo, com vistas a evitar que esse perigo se desenvolva e se transforme em desastre. Nisto consiste o verdadeiro trabalho de direcção política nas condições particularmente complexas em que a nossa luta se desenvolve. Dentro destes princípios deve ser estimulado o maior espírito de iniciativa no trabalho corrente de Direcção.

Para defender o Partido, os quadros e as organizações podem e devem tomar-se as medidas mais enérgicas de acordo com as exigências da situação. Desde o corte temporário do contacto DIRECTO com organizações ou sectores afectados pela repressão, até à suspensão temporária ou definitiva, das tarefas que executam, de quadros que revelarem resistência ao cumprimento das resoluções e das regras conspira-



bras ou que na sua actividade cometam sistematicamente actos de indisciplina, tudo deve ser feito para defender o Partido, os quadros e as organizações. Tudo deve ser feito para impor o respeito pela disciplina partidária. Nas actuais condições, é preferível mil vezes que uma organização ou sector partidário fique temporariamente sem controle a ter um mau controlheiro.

O combate intransigente ao liberalismo, à inconfidência e à indisciplina em geral é um dever inalienável de todos os militantes do Partido, COMEÇANDO CADA UM POR SI PRÓPRIO. Ele é, ao mesmo tempo, uma forma de reforçar a vigilância revolucionária dentro do Partido, cortando o passo à provocação e à acção do inimigo nas fileiras do Partido.

Há casos em que os actos de indisciplina e o mau trabalho conspirativo são tão grosseiros que levam, quem os observa, a considerá-los, muito justamente, como actos de provocação contra o Partido, consciente ou inconscientemente realizados. Como exemplo, citaremos o mau trabalho conspirativo sistemático dum funcionário do Partido, o camarada L. que realizava o controle a um importante sector de trabalho partidário. Este camarada que revelou sempre grande dificuldade de adaptação ao trabalho clandestino, cometia no trabalho corrente erros tão grosseiros e faltas conspirativas tão graves que gerou à sua volta um ambiente de verdadeira desconfiança por parte dos camaradas sob o seu controle. Começaram a chegar ao Partido queixas frequentes sobre o seu trabalho e em certa altura levantaram-se mesmo graves problemas de vigilância revolucionária. A C. Executiva foi forçada a suspender este camarada de todas as tarefas que lhe estavam confiadas e a abrir um inquérito a toda a sua actividade. O resultado deste inquérito revelou que o camarada tinha perdido por completo a confiança dos camaradas sob o seu controle com graves prejuizos para o prestígio e autoridade do Partido. Devido a uma errada noção de defesa e a despeito das críticas que lhe eram dirigidas e da ajuda que lhe era prestada no seu organismo, o camarada L. subordinava a segurança de vários aspectos do trabalho do Partido, incluindo a segurança dos quadros e organizações sob o seu controle, assim como a segurança de instalações e meios técnicos postos à sua disposição, à sua segurança pessoal. A sua suspensão das tarefas orgânicas revelou-se uma medida de defesa absolutamente justa. O facto de ainda hoje este camarada

continuar a revelar dificuldades em compreender a gravidade do seu mau trabalho conspirativo e a justeza das medidas tomadas, só comprova que elas foram justas. Num relatório recente para a Direcção do Partido afirma muito cândidamente, «nunca cometi faltas e a minha actividade não tem a mínima ponta por onde se lhe possa pegar disciplinarmente». Só um quadro completamente cego pela presunção pode pronunciar-se desta maneira!

Há ainda outros camaradas que continuam a revelar sérias incompreensões no cumprimento da disciplina partidária. Há-os que pretendem transformar para seu uso, o princípio do centralismo democrático em «democratismo-burguês», pretendendo discutir até ao infinito todos os problemas e aspectos com que discordam, como se o Partido do proletariado fosse um clube de discussão, exigindo também ter conhecimento de tudo, mesmo do que lhes não diz respeito, só porque é tratado dentro do sector que lhes está confiado. Há outros que resistem a tomar medidas de defesa organizadamente quando isso lhes é indicado em virtude de se verificar a existência de certos perigos para a sua segurança, ainda que a uma certa distância, para correrem depois precipitadamente quando vêm o perigo mais perto, originando com essa indisciplina sérios prejuizos para o Partido. Outros ainda, cometem erros graves na sua movimentação, resistindo na discussão ao reconhecimento da gravidade desses erros. Finalmente, há ainda outros que se queixam quando não têm ao seu alcance os recursos financeiros necessários para a sua defesa e depois de os terem caíem em liberalismos inadmissíveis no gasto dos fundos do Partido ou permitem que os cometam camaradas sob o seu controle.

Estes e outros exemplos que poderíamos citar, demonstram a necessidade de combater intransigentemente todas as manifestações de liberalismo e de indisciplina dentro do Partido.

Para combater e derrotar o inimigo de classe, para derrubar o poder da burguesia monopolista que apoia o seu domínio num brutal aparelho repressivo, o Partido do proletariado precisa absolutamente de impor nas suas fileiras uma disciplina de ferro. Se este tipo de disciplina é necessário em todos os aspectos da actividade do Partido ele é-o muito mais ainda, em matéria conspirativa e na defesa do Partido. Toda a infracção à disciplina do Partido serve objectivamente os inimigos do Partido e da classe operária.

SÓ EM FACTOS SE APOIA A TÁCTICA

Uma situação revolucionária é uma situação OBJECTIVA, que não se amolda a esquemas «teóricos» separados da vida e da experiência. As condições subjectivas para a revolução são outra REALIDADE que não se amolda a quem a imagine e invente. Na elaboração da orientação do Partido, não esqueçamos que os FACTOS são «o único alicerce sólido em que a táctica pode apoiar-se» (Lénine, «Cartas de longe», In. «Essentials», vol. II, pg. 740).

(Extractos do Relatório do camarada Álvaro Cunhal, «Rumo à Vitória»
As tarefas do Partido na revolução democrática e nacional)